

DIAGNÓSTICO LABORAL: UM EXERCÍCIO A PARTIR DOS DADOS DO EMPREGO FORMAL DE MINAS GERAIS, BRASIL

LABOR DIAGNOSIS: NA EXERCISE BASED ON DATA FROM FORMAL EMPLOYMENT IN MINAS GERAIS, BRAZIL

DIAGNOSTICO LABORAL: UM EJERCICIO A PARTIR DE DATOS DEL EMPLEO FORMAL EM MINAS GERAIS, BRASIL

Gustavo Bruno Pereira de Souza¹
Maria das Dores Saraiva de Loreto²

Resumo

Este estudo dimensiona o mercado de trabalho formal mineiro, considerando suas propensões e as principais características do perfil dos trabalhadores nele inseridos. Tratou-se de uma pesquisa quantitativa, com emprego do software SPSS e o QGIS para analisar dados provenientes do CAGED, de 2010 a 2019. Resultados revelaram que 2011 foi o ano que apresentou o maior número de admissões formais em Minas Gerais, cujo mercado de trabalho foi marcado por uma presença representativamente maior de homens, no grupo de idade de pessoas com 18 a 39 anos. Além disso, os índices analisados não se apresentaram de forma homogênea no território, ao demonstrar que os maiores escores ficaram isolados em algumas poucas regiões.

Palavras-chave: Crise Econômica. Proletariado. Inserção Laboral.

Abstract

This study scales the formal labor market in Minas, considering its propensities and the main characteristics of the workers' profile in it. Data from CAGED, from 2010 to 2019 was used as the main information base. This was a quantitative research, using SPSS software and QGIS. Results revealed that 2011 was the year with the highest number of formal admissions in Minas Gerais, with the labor market being marked by a significantly greater presence of men, in the age group of people between 18 and 39 years of age. In addition, the analyzed indices were not presented homogeneously in the territory, demonstrating, spatially, that the highest scores were isolated in a few regions.

Keywords: Economic crisis. Proletariat. Labor Insertion.

Resumen

Este estudio dimensiona el mercado de trabajo formal en Minas, considerando sus propensiones y las principales características del perfil de los trabajadores. Se utilizó como base de información principal los datos del CAGED, de 2010 a 2019. Esta fue una investigación cuantitativa, utilizando el software SPSS y QGIS. Los resultados revelaron que 2011 fue el año con mayor número de admisiones formales en Minas Gerais, siendo el mercado laboral marcado por una presencia significativamente mayor de hombres, en el grupo de edad de personas entre 18 y 39 años. Además, los índices analizados no se presentaron de manera homogénea en el territorio, demostrando, espacialmente, que los puntajes más altos se encontraban aislados en unas pocas regiones.

Palabras clave: Crisis económica. Proletariado. Inserción Laboral.

¹ Bacharel em Administração (Centro Universitário de Viçosa, 2019). Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2022). Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Araçonga-MG. E-mail: gustavobsouza@ufv.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1383-4624>

² Pós-Doutora em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph - Canadá. Bacharela em Economia Doméstica e em Ciências Econômicas, Mestre e Doutora em Economia Rural, pela Universidade Federal de Viçosa, na qual é Professora Titular. E-mail: mdora@ufv.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8121-4200>

INTRODUÇÃO

As transformações que a economia brasileira vem passando a partir de 2013 ensejam o advento de condições que, de certa forma, viabiliza e engendra dificuldades relacionadas a instabilidade empregatícia, não oferecendo, aos indivíduos, meios que, em geral, possibilitem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, interesses e a possibilidade de acesso às estruturas de oportunidades de alcance aos bens e serviços de consumo, em função do ensejo de recentes instabilidades que tiveram efeitos importantes no cenário político, econômico e, sobretudo, laboral, fato progenitor da motivação para uma análise desse panorama.

Ou seja, o país está percorrendo uma nova trajetória histórica precisando enfrentar uma conjuntura de grave desaceleração econômica, marcada por um desvigoroso dinamismo, com redução gradual da capacidade de investimento e prevalência de instituições fracas e insegurança jurídica (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020). Tal cenário, invariavelmente, pressiona a circunscrição entre a oferta e a demanda, afetando negativamente a relação estabelecida entre o Estado, o sistema econômico e a sociedade.

Tais prerrogativas favorecem, sob diferentes conotações, as condições de precarização das relações de troca, sobretudo do público mais jovem (respeitadas as particularidades), que se configura como parcela da população apontada como sendo a mais impactada da relação negativa entre a disponibilidade dos recursos materiais e simbólicos (insumos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida digna e plena) e o acesso às estruturas de oportunidades de alcance aos bens e serviços que provêm do contexto social (SILVA; GALETO; BATISTA, 2020).

Quando se analisa cronologicamente a trajetória do mercado de trabalho brasileiro, nos últimos anos (2012-2019), observa-se que houve um aumento percentual de não ocupados, sendo que esse aumento se deu mais acentuadamente e, em muitos recortes socioeconômicos, para o conjunto da população mais jovem, no qual registrou-se, no período informado anteriormente, uma incorporação suficientemente substantiva de indivíduos premidos por fenômenos que levam à exclusão laboral, como apresentaram Corseuil, Poloponsky e Franca (2020). De acordo com os dados sistematizados pelos mesmos, o período que marca os anos de 2012 a 2019, tem destacado, segundo os autores, um expressivo aumento na proporção de jovens que enfrentam dificuldades relacionadas à instabilidade empregatícia (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Seguindo análise dos referidos autores, observando o caso dos jovens, por exemplo, os dados apresentados demonstraram que, no primeiro trimestre de 2017, registrou-se o maior

valor da taxa de desemprego juvenil em todas as desagregações investigadas, sublinhando que esse percentual alcançou níveis históricos no período em questão, chegando ao seu maior índice na série analisada.

Na desagregação por faixa etária, como demonstrado pelos autores, o grupo dos adolescentes (15-17 anos de idade) foi a parcela populacional mais afetada pela supressão laboral. O crescimento da taxa de desemprego para esse grupo seguiu uma trajetória de crescimento elevado, com variação de 20,2 pontos percentuais entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, fazendo com que o índice de desemprego desse grupo passasse de 25,2%, no primeiro trimestre de 2013, para 45,4%, no mesmo trimestre de 2019. Já na faixa etária compreendida de jovens com 18 a 24 anos de idade, o aumento do desemprego, em toda a série analisada, teve variação de 10,8 pontos percentuais, passando de 16,4%, em 2013, e chegando a 27,3%, em 2019 (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Tendências semelhantes foram observadas nas análises realizadas por Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), com outras desagregações investigadas, como gênero e nível de escolaridade, solidificando a afirmação dos autores de que o cenário no mercado de trabalho, na segunda década do século XXI, foi afetada por uma escassez de oportunidades laborais, sobretudo para os grupos populacionais de menor idade.

Dessa forma, salienta-se a excrecência que essa tônica tem alcançado no Brasil contemporaneamente, em especial para esses grupos citados, engendrando diferentes fenômenos e distintas suscetibilidades – ademais que o engajamento em atividades laborais ainda é dimensão relevante na vida de jovens que contam com menos escolhas e margens de manobra (POCHMANN, 2004) – que se reverberam em muitas outras instâncias, se atenuando e se incrementando a outras problemáticas mais atuais, desequilibrando a harmonia do todo, especialmente quando se leva em consideração as novas alterações nas condições macroeconômicas, que contribuiram no sentido de introduzir novos cenários em torno desse debate sobre idiosincrasias relacionadas com o tema, como demonstraram Sposito, Silva e Souza (2018).

Dessa forma, é verossímil discorrer, à vista disso, detrás destas considerações, que existe uma desconformidade, visível e manifesta. São esses fatos que constituem num dos principais eixos inquietantes desse texto. Pelo caráter múltiplo e heterogêneo da questão, definiu-se aqui uma região, como unidade de análise, a partir das quais foi possível estabelecer uma apreciação. Assim, foi estudado o caso do Estado brasileiro de Minas Gerais, localizado na porção sudeste do Brasil. Questões fundamentais para o estudo, levadas em consideração para a escolha dessa região, se deu por esse local apresentar grande heterogeneidade, reflexo

do elevado desmembramento de municípios, proporcionando, dessa forma, dados que abrangem muitos níveis sociais e populacionais, apresentando aspectos diferenciados, o que enriquece o debate.

Dado tais pressupostos, procurando contribuir para o entendimento das mudanças que se processaram no mercado de trabalho mineiro, objetivou-se, em linhas gerais, apresentar nuances e observar propensões do proletariado mineiro, considerando o mercado de trabalho formal. Especificamente, o propósito da investigação foi realizar, no período de 2010 a 2019, uma análise descritiva e espacial do fluxo de movimentações do emprego formal (admissões e desligamentos), dos rendimentos auferidos e do tempo de emprego, da população, que se encontrava formalmente empregada nos municípios do Estado de Minas Gerais (atenuando a população de jovens situados na faixa etária de até 29 anos de idade). Para tanto, foi feito uso das informações provenientes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que fornece um retrato do mercado de trabalho formal brasileiro.

De acordo com Almeida et al. (2018), o CAGED é uma averbação que foi criada em 1965, pela lei nº 4.923, como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre outros objetivos paralelos, que inclui acompanhar índices de inatividade e criar medidas para melhorá-los. Trata-se de um registro administrativo alimentado mensalmente com informações declaratórias enviadas por estabelecimentos formais. A movimentação deve ser notificada até o dia 7 do mês subsequente ao ato de admissão e/ou de desligamento de cada trabalhador. São cerca de 900 mil estabelecimentos declarantes por mês, segundo informações do Governo Federal (BRASIL, 2021).

Alguns aspectos relativos ao CAGED tornaram o uso dessa base de dados favorável à proposição apresentada. Primeiramente, tem-se que a característica de divulgação dos dados possibilita informações mensais desagregadas até o nível municipal, setorial e ocupacional para todo o país, proporcionando registros recentes e contínuos dos vínculos empregatícios, da força de trabalho alocada, dos estabelecimentos empregadores e informações dos próprios trabalhadores (idade, sexo, nível de instrução e avaliação das ocupações, em diferentes intervalos de tempo ao longo do ano e/ou anos, dentre outras possibilidades). Outro motivo determinante para a escolha de utilização de dados do CAGED é a de que essa base permite acompanhar flutuações acerca dos nexos trabalhistas, sobretudo das variáveis, que se propõe a observar, trazendo decorrências importantes para a discussão da temática em questão.

Mesmo com limitações metodológicas, em função das características de captação das informações do CAGED e do âmbito populacional compreendido por essa base de dados,

ademais por se tratar de uma região extensa, cuja análise se processará em um grande recorte temporal, acredita-se que os resultados poderão permitir verificar grandes tendências, levantar questões e/ou prognósticos que poderão ser melhor investigados futuramente ou, até mesmo, sinalizar desvelamentos de situações poucos visualizadas, ainda que seja difícil produzir algo com conteúdo inédito ou inovador.

No que tange à escolha do recorte temporal, este foi definido considerando as mudanças pelas quais tem passado o cenário socioeconômico e político brasileiro. A conjunção desses fatores levou ao aumento da situação daqueles que permaneceram formalmente desempregados e ao movimento de dessalariamento, evidenciando deterioração nas condições gerais do mercado de trabalho, cuja conjuntura foi mudando radicalmente até o limite, em 2015, com a taxa de desemprego saltando de 7,9% para 13,7%, entre os primeiros trimestres de 2015 e 2017 (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020), com a situação agravada diante do jogo de forças presente entre os poderes, após o limiar do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Esse contexto salientou a eclosão de múltiplos conflitos, intensos debates e críticas, atravessados por distintas concepções. Isto é, este ambiente adverso contribuiu para a ampliação expressiva e acelerada da percepção de incerteza empresarial, no âmbito da economia brasileira, turvando e comprometendo a confiança no sentido macro, retardando decisões de consumo das famílias e de investimentos das empresas, gerando incertezas e reprimindo a demanda por trabalho. Acredita-se, que refletir sobre estas facetas, nesse período, no âmbito das dimensões apresentadas, enriqueceria a discussão e o debate em torno da temática proposta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma vez situada as características da perquirição, quanto à natureza, a pesquisa quantitativa foi a que mais se alinhou a esta investigação. A quantificação justifica-se pela necessidade de utilização de técnicas para análise estruturada das informações e seu posterior tratamento por meio de ferramentas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Os preceitos da revisão descritiva, da mesma forma, se mostraram consistentes com a problemática norteadora da pesquisa, em função de ajudar a promover interpretações mais acuradas para a construção do estudo, de modo que possibilitem a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002). A instrumentalização da pesquisa perpassou por duas etapas, quais

sejam: (i) o levantamento e a sistematização da base de dados; e (ii) a síntese, a análise e a apresentação dos resultados, todas explicadas adiante.

Num primeiro momento, procedeu-se com a coleta das informações constantes na base de dados elegida para essa investigação. Essa primeira etapa da pesquisa foi conduzida respeitando dois momentos: (i) a organização; e (ii) o processamento do material coletado. Preliminarmente, realizou-se a organização do material coletado junto aos dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), concatenando as informações laborais declaratórias dos municípios mineiros inerentes às variáveis, que propiciaram a construção do objetivo proposto, que foram: rendimentos, tempo de emprego e fluxo de movimentação do emprego formal, considerando o intervalo temporal específico, já apresentado³. Os dados foram baixados seguindo a distribuição das mesorregiões de Minas Gerais, para facilitar o processo de análise.

Ulteriormente, estes mesmos dados foram organizados e processados por meio de tabelas. O software empregado nessa parte da pesquisa para realizar a exposição dos fatores em explanação foi o Microsoft Excel®. Para a transformação dos dados em informações, os registros foram exportados precedentemente para o *Statistical Packages for the Social Sciences* (SPSS), no qual procedeu-se com a Análise Exploratória dos Dados, bem como com o Teste Anova e o Teste Turkey (post-hoc), a fim de verificar se havia discrepâncias e/ou desvelamentos aparentes entre os escores, no que diz respeito às variáveis faixa etária e o fluxo de movimentação do emprego formal, sendo adotado como nível de significância estatística o valor de $p \leq 0,05$.

Equitativamente, foi feito uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), empregando o software QGIS® versão 3.16, para a produção de mapas temáticos quantitativos coropléticos. Trata-se de um software gratuito que possibilita a realização de mapeamento geoespacial. Os mapas temáticos coropléticos, por sua vez, mostram-se eficazes para análise das características da região averiguada, baseando na densidade de ocorrência, a fim de criar um mapa a partir de um determinado conjunto de dados. Essa densidade calculada é baseada no número de pontos em uma localização. Os mapas permitem facilmente identificar a concentração, em um certo ponto do espaço, a recorrência de determinado objeto, enfermidade ou fenômeno, em uma dada unidade de análise.

³ De 2010 a novembro de 2019. Os dados de dezembro de 2019 não estavam disponíveis no banco de dados.

REFERENCIAL ANALÍTICO

Breves notas sobre o mundo do trabalho frente as transformações do século XX e seu debate recente no Brasil.

Esse tópico centrou-se em realizar uma discussão de nível introdutório acerca de dimensões concernentes ao mercado de trabalho, com vistas a melhor compreender seus desdobramentos e suas perspectivas. A existência de alterações na relação estabelecida pelos indivíduos para com o trabalho está atrelada ao reconhecimento da questão, enquanto parte inerente ao modo de produção capitalista, que se fundamenta na relação de exploração do capital sobre o trabalho.

Ao abordar sobre essas facetas, autores como Martins (1997), Corrochano e Freitas (2016), Oliveira e Batista (2017) e D'agostini e Tilton (2019), parecem partir do princípio de que o acometimento do mercado de trabalho, seja no nível local ou transnacional, tem como origem, tal como ressaltado acima, nas recentes modificações na estrutura ocupacional e no perfil setorial do emprego, derivadas de transformações econômicas, nomeadamente, a modernização das estruturas produtivas, manifestamente visível em meados da década de 1960 e 1970. Na virada do século, tendo como base as projeções contextualizadas pelos autores, o Brasil e boa parte do mundo experimentou uma significativa transformação envolvendo várias dimensões da vida social e econômica nestes espaços.

Nos estudos supracitados, os autores indicam que, a partir da década de 1970, intensificaram-se condições, tanto políticas quanto econômicas, para que o modelo de produção neoliberal germinasse, no momento em que a economia mundial apresentava claros sinais de estagnação. No âmbito desse cenário, ao qual Mattei e Heinen (2021) datam o período que marcou o início da transição para uma nova lógica de acumulação do capital, emergiu um regime baseado na economia de escala com a finalidade de reduzir os custos com mão de obra.

Os preceitos Tayloristas e Fordistas, que, até então, vigoravam no mundo do trabalho, principalmente como modelo de organização da produção a ser seguido, declinaram-se gradativamente, num momento de vigorização de novos sistemas de organização do trabalho e das relações produtivas (JINKINGS, 2003, SOUZA; LORETO; REIS, 2021).

Nesse sentido, como aduzem Oliveira e Batista (2017), a inflexão dos esquemas teóricos explicativos sobre os quais a história se apoiava e que perduravam, enquanto fundamento explicativo para a conjuntura macroeconômica fordista, desencadearam a propagação do

discurso neoliberal e, posteriormente, a crise do trabalho assalariado e o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, ao passo que o desemprego passou a flutuar em níveis mais elevados, com os sindicatos perdendo força e os ganhos salariais sendo contidos, com reverberações também no processo de inserção profissional no espaço laboral, que ficou mais difícil, longo e aleatório, com fortes efeitos na vida de muitas pessoas, que se viram cada vez mais atingidas na sua forma de socialização e nos seus modos de vida (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Sob este prisma, esse fenômeno, que foi global, teve contornos expressivos no Brasil, delimitando o esgotamento do modelo econômico brasileiro chamado de nacional desenvolvimentismo (1930-1980), dando fim a uma fase e iniciando uma transição para um novo regime caracterizado pela adoção de medidas neoliberais nos anos 1990, com adoção de um processo de desregulamentação e abertura da economia nacional, opção que fez com que o país ficasse cada vez mais às margens do processo de reconfiguração dessas novas políticas econômicas (LEITE, 2020).

Os efeitos desse modelo sobre o desadensamento das cadeias produtivas já se apresentaram nos anos 1990, no Brasil, um período de intensa precarização do mercado de trabalho, compreendendo o jovem, enquanto grupo social, a parcela populacional que apresentou maior sensibilidade a esse cenário imergido (MARTINS, 1997), em função de sofrer mais com situações de crises e com outras dificuldades, por decorrência desse público estar em maior situação de desvantagem pelo menor acúmulo de capital humano e pela menor proteção contra demissões, geralmente (KURNAZ, 2020).

Dessa forma, quando se pensa, por exemplo, em singularidades atreladas a condição juvenil, que se processam na contemporaneidade, em função das novas alterações nas condições socioeconômicas, que introduziram novos objetos a esse debate, como registrado por Martins (1997). Na visão do autor, trata-se de um movimento, influenciado por um longo contexto histórico, caracterizado por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos, que cada vez mais se multiplicam e se diversificam, fazendo com que os trabalhadores, em especial os jovens, sobretudo, em especial os pertencentes de grupos ou segmentos historicamente afetados pelos padrões de desigualdade, tenham de compor uma equação cada vez mais complexa, carregada com inúmeros elementos, para ter condições de viver a vida presente e preparar a vida futura. Ademais, no Brasil, cuja questão tem características específicas, variando intensamente de acordo com diferentes momentos históricos, contextos sociais e modos de inserção dos sujeitos na estrutura social (CORROCHANO; FREITAS, 2016, ABRAMO, 2016, TOMASI; CORROCHANO, 2020).

Tal como Corrochano e Freitas (2016), esse texto não tem como foco a análise de todas as nuances e transições relacionadas ao processo de reorganização do capital, ademais esclarecer o aumento da complexidade do mesmo nos últimos tempos. Contudo, há o consenso de que esse debate traz decorrências importantes para a análise da correlação do proletariado com o trabalho no Brasil (CORROCHANO; FREITAS, 2016), especialmente, quando se pensa que grande contingente populacional tem experimentado de forma radical os efeitos dessas mudanças, gerando ou reforçando situações de desequilíbrios sociais, como reportado por muitos estudos e pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em levantamentos feitos por meio da PNAD.

Sob este prisma, esse fenômeno, que é global, parece ter contornos mais expressivos no Brasil, cuja população já vive imersa numa crise aguda que reflete muitas especificidades da sociedade capitalista historicamente construída, intensificada com o aumento da complexidade do ambiente político e econômico brasileiro nos últimos tempos, causando intensos reflexos que desencadearam uma série de outros tantos problemas correlatos, visibilizando muitas disparidades no meio social (LEITE, 2020).

Por mais que, a partir de 2003, a alta do Produto Interno Bruto tenha dado margem para que o Brasil apresentasse melhores resultados no mercado de trabalho, com elevação da demanda interna e, ao mesmo tempo, acumulação de superávits que permitiram que o governo ampliasse o gasto público, investindo em infraestrutura e implementando políticas tributárias e de crédito, que fortaleceram o ritmo do crescimento da atividade econômica, quando se pensa nos últimos dez anos (2011-2021), por exemplo, é inegável que nesse período percorrido pelo Brasil houve uma diminuição maciça da oferta e da demanda agregada; ou seja, imergiu no cenário público um ambiente adverso que contribuiu para uma rápida ampliação da percepção de incertezas, que turvou e comprometeu o ambiente no sentido macro (MATTEI; HEINEN, 2021).

Ademais que, apesar dos muitos questionamentos, em termos de profundidade e efetividade, até mesmo as transformações verificadas no cenário macroeconômico brasileiro de 2003 a 2010, expressas em maiores taxas de crescimento, diminuição do desemprego, expansão das oportunidades formais de trabalho, maior acesso a população aos bens de consumo e a políticas sociais, mesmo diante do cenário de crise internacional, não se mantiveram (BARBOSA FILHO, 2017).

Se naquele momento as chances de encontrar trabalho se ampliaram para toda a população, as tendências atuais demonstram claros sinais de retração nessas dimensões, no período mais recente, em função da turvacidade da expectativa quanto à capacidade de o

Brasil dar continuidade ao movimento de redução da desigualdade de renda e estabelecer igual tendência para os demais indicadores de desigualdade de natureza socioeconômica (DEDECCA, 2015). O impacto nas atividades geradoras de renda é especialmente mais severo para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis e que estão na economia informal.

Vale ressaltar também que esse processo de degradação gradual da conjuntura favorável, que sustentava os bons indicadores do mercado de trabalho brasileiro, na primeira década do século XXI, foi perdendo força com a consolidação da crise econômica a partir de 2015, acentuado pela pressão da flexibilização das relações trabalhistas (Lei de Reforma Trabalhista), proposta esta que alterou regulamentações referentes à jornada de trabalho, à negociação entre empresários e trabalhadores, às formas de demissão, ao trabalho temporário e às férias, além de outros fatores relacionados à própria dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. O resultado final desse jogo de forças se traduziu em uma violenta recessão econômica, culminando na degradação do capital político do Governo Dilma (MATTEI; HEINEN, 2021).

Posto isso, pressupõe-se que a relação entre esses fatores, as instituições democráticas e a sociedade em geral vem sendo objeto de intensa mobilização. A complexidade desse cenário, principalmente quando se considera essas novas alterações, aliada à desigualdade no acesso aos meios para lidar com a esta nova semântica, impede o avanço da construção da cidadania e de um quadro de inclusão marcado pela sustentabilidade, principalmente para as massas pertencentes às classes populares, que tende a sofrer um processo de adultização mais precoce, com tendência de ingressar muito cedo no mercado de trabalho, geralmente, com baixa escolarização e quase sempre ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis (POCHMANN, 2004, FRIGOTTO, 2004, CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020, KWADO, 2020, KURNAZ, 2020).

Em função do exposto, considera-se esse contexto necessita ser melhor conhecido e analisado, apontando para a importância do debate social com relação ao acesso dessa população aos espaços públicos e as suas possibilidades de participação, considerando a já precária estruturação do mercado de trabalho brasileiro, que prejudica, sobretudo, aos trabalhadores já precarizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciando análise das informações concatenadas, empreendeu-se, primeiramente, conforme Tabela 1, com uma análise estatística descritiva, a fim de fornecer um panorama

geral dos dados compreendidos. A partir dessa análise, algumas observações foram feitas, a fim de formar uma impressão sobre as características descritivas iniciais dos respectivos dados, como parte de uma análise estatística mais extensa, que se procedeu, conforme apresentado adiante.

As primeiras impressões que se podem tirar, quando se observa os números, é a presença ligeiramente maior de homens, no mercado de trabalho formal mineiro, nos anos abarcados pela inquirição. Em síntese, percebeu-se que a ocupação masculina é ligeiramente maior (62,6%) que a feminina (37,4%), ao ponto que o percentual da taxa admissional da população masculina foi quase duas vezes da verificada no sexo feminino. Seguindo a ordem dos dados, as mesmas informações também demonstraram que entre as pessoas admitidas e desligadas, as mulheres têm menores percentuais de participação.

Outro fator importante levado em consideração, quando se procedeu com essa análise, foi o nível de escolaridade da população. Essa variável foi considerada não apenas porque maior grau de instrução oportuniza a obtenção de vagas disponíveis, mas, melhores condições de inserção e salários, o que denota análises importantes para permitir compreender melhor os diferentes papéis socialmente atribuídos, no que tange especialmente a segregação ocupacional. Nesse quesito, houve uma pequena diferença entre os escores, com prevalência do ensino médio sendo a maior recorrência da população eletiva da análise em Minas Gerais, com o percentual um pouco maior para os homens (43%), contra 42,9% das mulheres.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico das pessoas em idade de trabalho admitidas e desligadas das empresas das regiões intermediárias de Minas Gerais, de 2010 a 2019.

Variáveis	Movimentação			
	Admitido		Desligado	
	N	%	N	%
Sexo				
Masculino	606214	62,6	476778	63,4
Feminino	362215	37,4	275528	36,6
Grau de Instrução				
Analfabeto	8216	0,8	5134	0,7
Até 5ª Incompleto	61317	6,3	47120	6,3
5ª Completo Fundamental	61973	6,4	49745	6,6
6ª a 9ª Fundamental	100056	10,3	81718	10,9
Fundamental Completo	138211	14,3	107863	14,3
Médio Incompleto	105654	10,9	77486	10,3
Médio Completo	416390	43,0	323100	42,9

Superior Incompleto	24520	2,5	20090	2,7
Superior Completo	52092	5,4	40050	5,3
Faixa etária				
Até 17	30313	3,1	10458	1,4
18 a 24	285935	29,5	204700	27,2
25 a 29	176618	18,2	142521	18,9
30 a 39	254640	26,3	208203	27,7
40 a 49	141103	14,6	114526	15,2
50 a 64	76113	7,9	67399	9,0
65 ou mais	3707	0,4	4499	0,6

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

No que se refere às informações de participação no mercado de trabalho por grupos de escolaridade, observou-se uma maior dificuldade de inserção das pessoas com níveis mais baixos de instrução. A taxa de atividade aumenta proporcionalmente com a escolaridade, mas, o crescimento, quase sempre, é maior para a população com os graus escolares completos. Entre a parcela populacional admitida no período, apenas 0,8% daqueles sem instrução encontravam-se na força de trabalho, apesar de serem indivíduos economicamente ativos.

As disparidades do fluxo de admissão do emprego formal, entre os grupos de idade, são também bastante acentuadas. Considerando a série investigada, ainda seguindo informações da Tabela 1, os percentuais dos níveis de admissão são maiores para a população que tem entre 18 a 24 e 30 a 39 anos de idade. O somatório dos percentuais dos níveis de admissão entre esses três grupos (18 a 24, 25 a 29 e 30 a 39 anos de idade) representou mais de 74% das declarações de admissões notificadas. Frente ao mesmo período, quando se analisa os mesmos dados antagonicamente, percebeu-se que, o maior percentual de desligamento foi computado à parcela da população pertencente a faixa etária de pessoas entre 30 a 39 anos (27,7%), seguido por aqueles com 18 a 24 anos (27,2%) e 25 a 29 anos de idade (18,9%).

Já no que tange aos dados sobre as pessoas em idade de trabalho, os percentuais de admitidos e desligados, em Minas Gerais, no que se refere aos escores que vieram à luz no processo de análise, as informações demonstraram um cenário no qual os dados seguiram, cronologicamente, uma trajetória zigzagueante, conforme dados da Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas em idade de trabalho admitidas e desligadas das empresas das regiões intermediárias de Minas Gerais, ano a ano, de 2010-2019.

Ano	Movimentação			
	Admitido		Desligado	
	N	%	N	%
2010	131004	13,5%	88321	11,7%
2011	159445	16,5%	112068	14,9%
2012	145698	15,0%	105769	14,1%
2013	122400	12,6%	99490	13,2%
2014	106922	11,0%	84153	11,2%
2015	83096	8,6%	76126	10,1%
2016	58842	6,1%	53090	7,1%
2017	61443	6,3%	53497	7,1%
2018	57482	5,9%	45292	6,0%
2019	42097	4,3%	34500	4,6%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

Conforme Tabela 2, a partir de 2010, os percentuais dos níveis de admissão seguiram, em linhas gerais, uma trajetória labiríntica decrescente, com o percentual passando de 13,5% e 16,5%, nos primeiros anos da série, 2010 e 2011, para 5,9% e 4,3%, nos dois anos finais investigados. Após 2010, o contingente concernente ao nível de admissão da população mineira em idade de trabalho apresentou um substantivo aumento (16,5%), frente ao mesmo dado, referente ao ano de 2010. Um ano depois, os contingentes desaceleraram. Após cair, no ano de 2012, os percentuais de admissões mantiveram um percurso sinuoso até o último ano da série, com quedas nos percentuais em praticamente todos os anos, frente a 2011, maior valor da série.

Dessa forma, observou-se uma queda de 9,2 pontos percentuais dos valores de admissão nesse período. A piora dessa constância pode ser um sinal de um mercado de trabalho que apresentou uma dinâmica muito fraca. Portanto, pode-se inferir, por meio dos dados, que, em Minas Gerais, há um maior número de indivíduos desalentados devido à baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais na economia, com os indivíduos vivendo uma procura de emprego formal por um período mais longo de tempo.

Considerando os fluxos de movimentação (admissão versus desligamentos), as demissões foram mais acentuadas a partir de 2015, com as taxas de desligamento superando as de admissão, o que denota um cenário em que as pessoas têm tido cada vez menos oportunidades.

Acerca do cenário econômico, Barbosa Filho (2017) e Magalhães e Cardoso (2020), explicam que o cenário brasileiro já apresentava uma lenta recuperação econômica. De 2011 a 2019, a média anual de crescimento do PIB foi de apenas 0,6% ao ano, abaixo do período de 2001 a 2010, no qual, o Brasil cresceu, em média, 3,7% ao ano, contribuindo dessa forma, para a redução das compras por parte das famílias (BARBOSA FILHO, 2017, MAGALHÃES; CARDOSO, 2020).

Complementariamente, como parte do processo de investigação, procedeu-se, além disso, com uma Análise de Variância, a fim de verificar se havia discrepâncias e/ou desvelamentos aparentes entre as médias de admissão, objetivando verificar se existia diferença estatística significativa entre as médias do fluxo de movimentação do emprego formal (admissões e desligamentos), entre os grupos compreendidos pelo banco de dados, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Análise da Anova entre faixa etária e admissão nas empresas das mesorregiões de Minas Gerais, de 2010-2019.

	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	p-valor*
Entre Grupos	32616152,816	6	5436025,469	91,047	0,0001
Nos grupos	902329395,081	15113	59705,511		
Total	934945547,897	15119			

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados com dados do CAGED.

Constatou-se, no que se refere à movimentação de admitidos no período considerado, que o sig foi menor do que 5%, o que denota a existência de diferença média (p-valor<0,05) entre a quantidade de admitidos por faixas etárias, conforme dados do SPSS (Tabela 3), acima apresentados, que mostra o Teste Anova, evidenciando que houve diferenças estatísticas significativas e uma ausência de homogeneidade nos dados tratados. Ou seja, houve pelo menos um grupo e/ou faixa etária que possui médias de admissão laboral diferente de outros.

Com base nesse resultado, para identificar essa diferença entre as médias de admissão, em função da idade para os diferentes grupos populacionais, foi feito uso do Teste Turkey, procedendo com comparações múltiplas, conforme Tabela 4, seguinte.

Tabela 4 – Análise de Turkey HSD entre faixa etária e admissão nas empresas das regiões intermediárias de Minas Gerais, de 2010-2019.

(I) Faixas Etárias		Diferença média (IJ)	Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Até 17	18 a 24	-118,344*	7,435	0,000	-140,27	-96,42
	25 a 29	-67,734*	7,435	0,000	-89,66	-45,81
	30 a 39	-103,855*	7,435	0,000	-125,78	-81,93
	40 a 49	-51,292*	7,435	0,000	-73,22	-29,37
	50 a 64	-21,204	7,435	0,066	-43,13	0,72
	65 ou mais	12,318	7,435	0,645	-9,61	34,24
18 a 24	Até 17	118,344*	7,435	0,000	96,42	140,27
	25 a 29	50,610*	7,435	0,000	28,69	72,53
	30 a 39	14,488	7,435	0,448	-7,44	36,41
	40 a 49	67,052*	7,435	0,000	45,13	88,98
	50 a 64	97,140*	7,435	0,000	75,22	119,06
	65 ou mais	130,661*	7,435	0,000	108,74	152,59
25 a 29	Até 17	67,734*	7,435	0,000	45,81	89,66
	18 a 24	-50,610*	7,435	0,000	-72,53	-28,69
	30 a 39	-36,121*	7,435	0,000	-58,05	-14,20
	40 a 49	16,442	7,435	0,289	-5,48	38,37
	50 a 64	46,530*	7,435	0,000	24,61	68,45
	65 ou mais	80,051*	7,435	0,000	58,13	101,98
30 a 39	Até 17	103,855*	7,435	0,000	81,93	125,78
	18 a 24	-14,488	7,435	0,448	-36,41	7,44
	25 a 29	36,121*	7,435	0,000	14,20	58,05
	40 a 49	52,563*	7,435	0,000	30,64	74,49
	50 a 64	82,651*	7,435	0,000	60,73	104,58
	65 ou mais	116,173*	7,435	0,000	94,25	138,10
40 a 49	Até 17	51,292*	7,435	0,000	29,37	73,22
	18 a 24	-67,052*	7,435	0,000	-88,98	-45,13
	25 a 29	-16,442	7,435	0,289	-38,37	5,48
	30 a 39	-52,563*	7,435	0,000	-74,49	-30,64
	50 a 64	30,088*	7,435	0,001	8,16	52,01
	65 ou mais	63,609*	7,435	0,000	41,68	85,53
50 a 64	Até 17	21,204	7,435	0,066	-0,72	43,13
	18 a 24	-97,140*	7,435	0,000	-119,06	-75,22
	25 a 29	-46,530*	7,435	0,000	-68,45	-24,61
	30 a 39	-82,651*	7,435	0,000	-104,58	-60,73
	40 a 49	-30,088*	7,435	0,001	-52,01	-8,16
	65 ou mais	33,521*	7,435	0,000	11,60	55,45
65 ou mais	Até 17	-12,318	7,435	0,645	-34,24	9,61
	18 a 24	-130,661*	7,435	0,000	-152,59	-108,74
	25 a 29	-80,051*	7,435	0,000	-101,98	-58,13

30 a 39	-116,173*	7,435	0,000	-138,10	-94,25
40 a 49	-63,609*	7,435	0,000	-85,53	-41,68
50 a 64	-33,521*	7,435	0,000	-55,45	-11,60

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

a. Movimentacao = Admitido

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

Observando os sigmas, percebe-se que as pessoas de até 17 anos e com 65 anos ou mais de idade são as que menos foram admitidas, em média, por decorrência dos números de admissão laboral concernentes a esses dois grupos serem diferentes, significativamente, em relação as outras faixas etárias, conforme Tabela 4.

Adiante, como parte do processo de análise, a Tabela 5, a seguir, apresenta, mais resumidamente, essas grandes discrepâncias entre as médias auferidas, cujos dados demonstram visíveis assimetrias, que variam de acordo com as características do ciclo de vida das pessoas.

Tabela 5 - Diferença da quantidade de pessoas admitidas entre as faixas etárias das pessoas que trabalham nas empresas das regiões intermediárias de Minas Gerais, de 2010-2019.

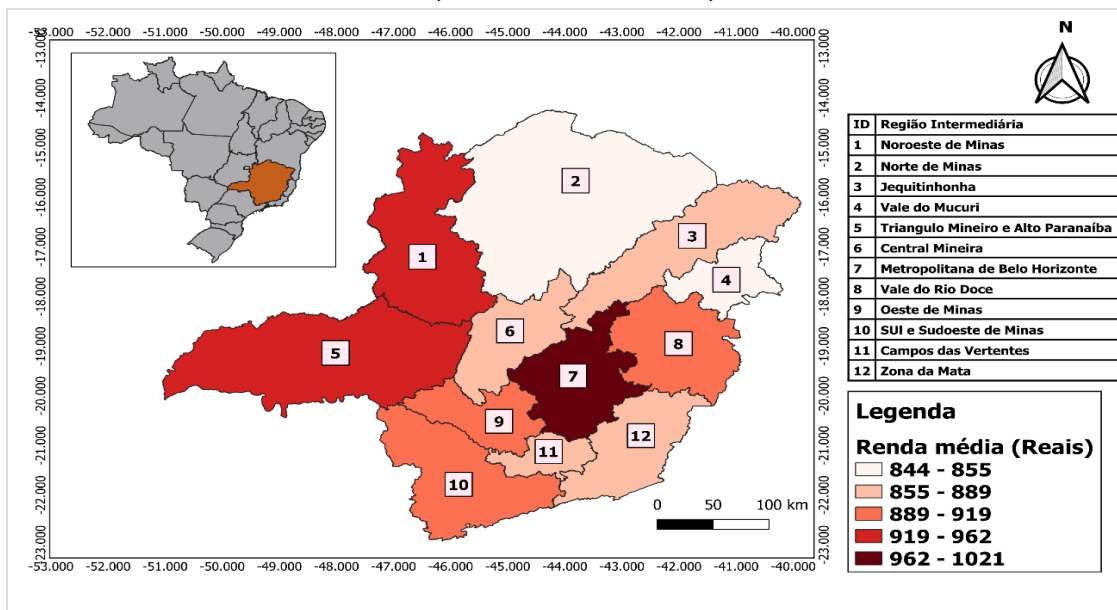
Faixa etária	1	2	3	4
65 ou mais	1,72			
Até 17	14,03	14,03		
50 a 64		35,24		
40 a 49			65,33	
25 a 29			81,77	
30 a 39				117,89
18 a 24				132,38

Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo SPSS, com dados do CAGED.

Consoante com a Tabela 5, a síntese das informações demonstra que entre a população de 30 a 39 anos e de 18 a 24 anos de idade, as médias de admissões desses dois públicos foram maiores em relação as demais idades. Corseuil, Poloponsky e Franca (2020) reforçam esse ponto assinalando que, em muitos casos, a falta de experiência e de qualificação tornam a parcela populacional de menor idade menos competitiva em cenários marcados por um mercado com maior escassez de vagas. Esse público, de acordo com os autores, é potencialmente mais prejudicado pelo agravamento da sensibilidade do desemprego ao ciclo econômico, o que torna mais fácil a demissão de trabalhadores jovens, dada a maior seletividade dos empregadores em momentos recessivos.

Além de sentirem mais o agravamento da sensibilidade do desemprego ao ciclo econômico, quando se analisa o rendimento do trabalho, outro indicador importante da qualidade da ocupação do trabalhador (haja vista sua alta correlação com outros indicadores de qualidade do posto de trabalho), os escores apresentaram que os rendimentos médios da população mineira com 15 a 29 anos de idade se mostraram dispersos no território, conforme Figura 1, abaixo.

Figura 1 – Espacialização da renda média do emprego formal, das pessoas de 15 a 29 anos de idade, em Minas Gerais, 2010 a 2019.



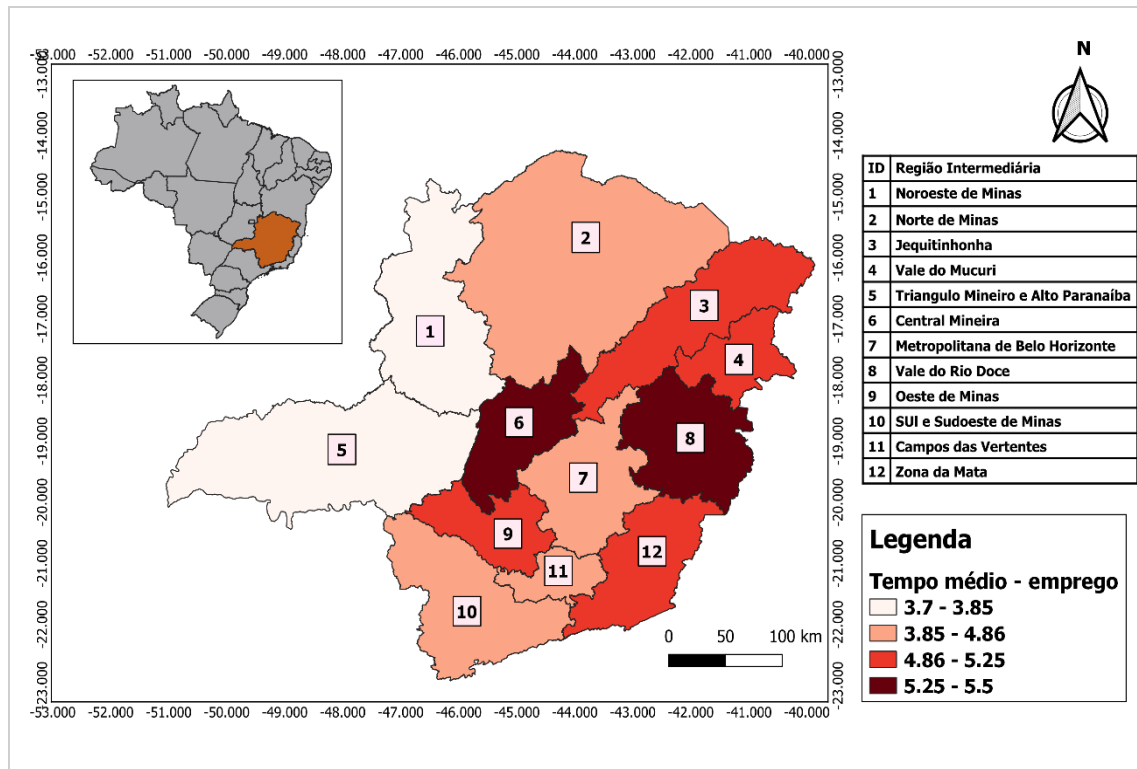
Fonte: Dados da pesquisa (2021), gerados pelo QGIS, com dados do CAGED.

No que diz respeito à renda, considerando seu comportamento espacial, é possível inferir, tendo por base as informações da Figura 1, que há uma grande concentração de empregos formais na região metropolitana de Belo Horizonte. Os dados apresentados na Figura 1, apresentaram grandes coeficientes de variação em seus fatores. Nota-se, a partir da análise, que os maiores rendimentos auferidos pela juventude ficaram isolados, concentrando-se nas regiões de maior adensamento produtivo. No mapa predominam as médias enquadradas dentro da faixa de renda entre R\$ 855 – 889 e R\$ 889 – 919.

Para complementar as análises da realizadas com o auxílio da Figura 1, foram concatenados os dados de tempo de permanência no emprego dos jovens que se encontravam formalmente empregados na força de trabalho. A Figura 2, representada abaixo, demonstra essas informações, indicando um predomínio de maiores percentuais em algumas poucas regiões (Central Mineira e Vale do Rio Doce). Do ponto de vista espacial, os piores escores

foram obtidos pelas regiões Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o que tende a indicar perspectivas menos favoráveis de progressão desses jovens no setor formal.

Figura 2 – Tempo de permanência no emprego formal, das pessoas de 15 a 29 anos de idade, em Minas Gerais, 2010 a 2019.

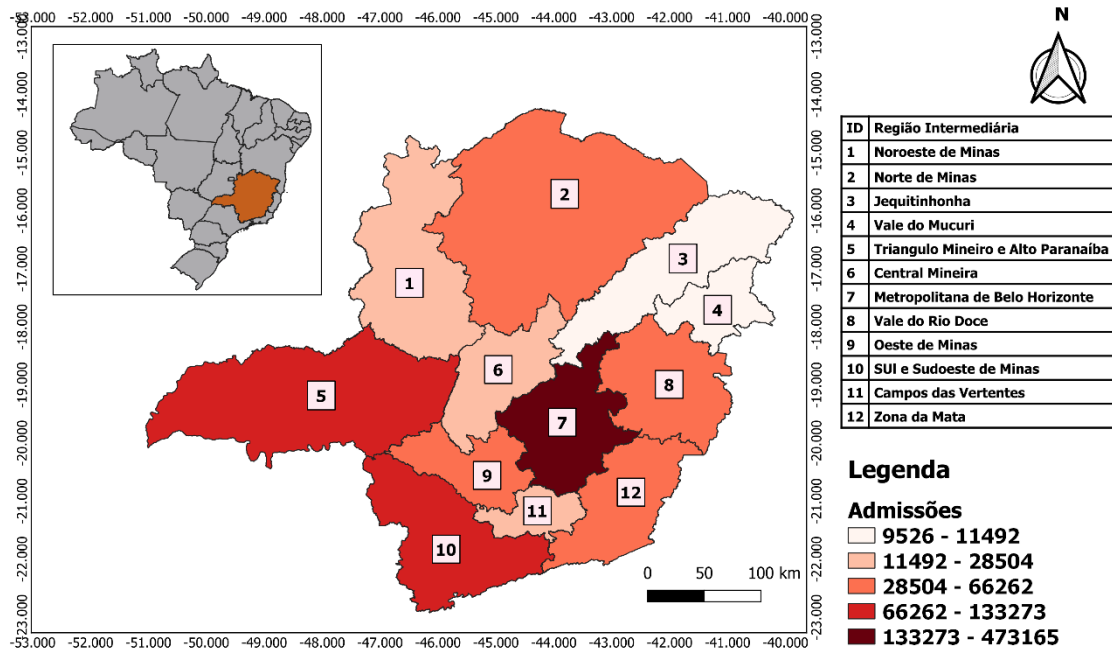


Fonte: Dados da pesquisa (2021), gerados pelo QGis com dados do CAGED.

A fim de perceber em qual parte do território houve maior participação relativa no total de empregos formais gerados no estado, foi elaborado um mapa, que apresentou o número de admissões suscitadas em Minas Gerais. Essas informações foram concatenadas e os dados correspondentes à essa variável foram divididos e categorizados em cinco distintas classes: Classe 1, com valores entre 9526 e 11492, Classe 2, de 11492 a 28504, Classe 3, de 28504 a 66262, a Classe 4, de 66262 a 133273, e, a classe 5, de 133273 a 473165, conforme Figura 3.

Segundo dados da Figura 3, a grande maioria dos admitidos, são pessoas pertencentes, de alguma forma, a região metropolitana de Belo Horizonte. A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, apresentaram, da mesma forma, certo protagonismo no que se refere a essa variável. Essas três regiões foram as que mais admitiram pessoas no estado, em função da maior intensidade da cor, considerando o período contextualizado. No extremo oposto, apareceram Vale do Mucuri, a região do Jequitinhonha, Campo das Vertentes, Noroeste de Minas e Central Mineira.

Figura 3 – Espacialização do fluxo de admissão do emprego formal nas mesorregiões de Minas Gerais, de 2010 a 2019.



Fonte: Resultados da pesquisa (2021), gerados pelo QGis, com dados do CAGED.

Pode-se inferir que, mesmo que hajam muitas relações causais, o que parece é que, quanto maior for a produção econômica gerada por determinada região, as admissões tendem a ser maiores também. Os dados, apresentados na Figura 3, contribuem para o entendimento de alguns pontos desse debate, apresentando grandes coeficientes de variação em seus fatores. Os dados ilustram um certo grau de diferenças, ao demonstrar, especialmente, que as maiores admissões ficaram isoladas em algumas diferentes regiões.

A Figura 3 ainda mostra, em relação a distribuição geográfica dos agrupamentos componentes das regiões, que dois grandes blocos apresentam alguma proximidade: a classe 3 e a classe 4. De modo geral, a variável analisada expõe que existem certas barreiras para o processo de equidade de oportunidades laborais nas diferentes áreas do estado, conforme constatado. Esse fato progenitor inspira atenção, devido às condições desiguais que se encontram em algumas localidades, pois, enquanto algumas mostraram resultados demasiados, outros apresentaram oscilações nos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitiram obter um diagnóstico laboral, no contexto de Minas Gerais, especificamente, no que se refere ao fluxo de movimentação do emprego formal. Pela leitura evidenciou-se uma certa heterogeneidade, especialmente no que se refere aos aspectos característicos do ciclo de vidas das pessoas. Os dados do CAGED também demonstraram uma certa desestabilização, sobretudo em algumas desagregações que foram analisadas.

As admissões no emprego formal, em Minas Gerais, por exemplo, considerando o período analisado, foi mais presente em alguns grupos populacionais, mais acentuadamente na agremiação de homens e no grupo das pessoas com 18 a 39 anos de idade. Já nos grupos populacionais de maior e menor idade, os níveis de admissões, por sua vez, se encontravam mais estagnados, existindo uma evidente diminuição da participação desse público no mercado de trabalho formal. Obviamente, os mais prejudicados por esse cenário são os adolescentes, uma vez que, em geral, não possuem nem escolaridade nem experiência suficientes para alcançar postos de trabalho de melhor qualidade.

Constatou-se que os primeiros anos da série foram os que mais houveram admissões, com o maior valor da série no ano de 2011 (16,5%). Depois desse período, foram registradas quedas nos percentuais em praticamente todos os anos, cenário que acompanhou o desfecho negativo da economia brasileira, como demonstrou Barbosa Filho (2017) e Magalhães e Cardoso (2020). As maiores admissões de pessoas foram registradas na região metropolitana de Belo Horizonte, região do Triângulo Mineiro e do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

Os principais resultados deste texto indicam que os índices analisados não se apresentaram de forma homogênea, levando em consideração os anos analisados e os grupos de idade. Ficou evidente a presença de certos desequilíbrios espaciais, com áreas que carecem e demandam maior atenção, dado que são, possivelmente, pressupostos inibidores da promoção social e que podem impedir o avanço da construção da cidadania.

Assim sendo, o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca dessas dimensões são importantes no sentido de ser um subsídio para o debate e a instauração de cada vez mais espaços de escuta que acolham essas e outras discussões que são tão necessárias sobre as mais variadas temáticas relativas. É uma das pretensões que esse trabalho pretendeu resgatar e contribuir. Ou seja, esse texto seja um sinalizador de uma situação problemática, que atinge de formas distintas amplos segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Identidades Juvenis: Estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAIS, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (Organizadores). **Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças**. Editora Unirio, Rio de Janeiro, p. 19-61, 2016.

ALMEIDA, Mariana Eugênio et. al. Comparando Bases de Dados: O Caso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Nota Técnica. **Boletim Mercado de Trabalho**, nº 65, p. 57-70, 2018.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v.31, n. 89, p. 51-60, 2017.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maria Penna. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

CORROCHANO, Maria Carla; FREITAS, Maria Virgínia. Trabalho e condição juvenil: Permanências, mudanças e desafios. In: NOVAIS, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (Organizadores). **Agenda Juventude Brasil: Leituras sobre uma década de mudanças**. Editora Unirio, Rio de Janeiro, p. 155-175, 2016.

CAMPELO JÚNIOR, Aloísio; BITTENCOURT, Viviane Seda. **Expectativas de empresários e consumidores: acomodação da confiança em níveis muito baixos**. Rio de Janeiro: Boletim Macro FGV/IBRE, maio de 2020.

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. Youth in the context of chronic unemployment in Spain and Brazil. **International Journal of Lifelong Education**. v. 18, n. 3, p. 18-30, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Organizadores). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 180-216, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

JINKINGS, Isabela. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho na indústria têxtil catarinense. **Revista de Ciências Humanas EDUFSC**, Florianópolis, n. 33, p. 71-94, 2003.

KURNAZ BALTAÇI, Işıl. Youth Unemployment and Challenging Labor Market Conditions Reaching to the Future: The Case of Diyarbakır, Sur Region. **Amme İdaresi Dergisi**. v. 53 Issue 1, p119-152, Mar 2020.

KWAIDO, Amina Ahmad. Impact of entrepreneurship education on youth unemployment: a case of ummaru ali shinkafi polytechnic sokoto, nigeria. Proceedings of Economics and Finance Conferences. **International Institute of Social and Economic Sciences**, 2020.

LEITE, Kelen Christina. A inesperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, 32, e020009, 2020.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, edição especial, nº 6, p 96-110, 1997.

MAGALHÃES, Graziella; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges. Efeitos econômicos e distributivos da pandemia de coronavírus no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**. v. 18, n. 1, p. 1-12, 2020.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho de Santa Catarina. **Revista da ABET**, v. 20, n. 1, 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (BRASIL). **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-caged>. Acesso em: 13 ago. 2021.

OLIVEIRA, Salvador Domingues; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Empregabilidade e inserção social dos jovens como desafios para a educação profissional e tecnológica. **Impulso**, v.27, n. 70, p.55-66, 2017.

POCHMANN, Marcio. Juventude em Busca de novos Caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Organizadores). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação social**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 217-241, 2004.

RIBEIRO, Elaine. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Organizadores). **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis, 1º edição, p. 25-44, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SILVA, Silmara Carneiro e; GALETO, Pedro Henrique; BATISTA, Rafaela Karoline. Juventude, Mundo do Trabalho e Vulnerabilidade Social: O Desemprego Juvenil no Brasil como uma Expressão da Condição de Subalternidade da Classe Trabalhadora. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20 (especial), e2014836, p. 1-11, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2014836.002>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVA, Mauro Santos. **Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, julho de 2020.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e170308, p. 1-24, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; REIS, Lilian Perdigão Caixêta. Crise dentro da crise: a inserção laboral juvenil e sua configuração no contexto do novo coronavírus. **OIKOS: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 90-108, 2021.

TOMMASI, Livia; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n.99, p. 353-371, 2020.